



Conta de Gerência
e
Relatório de Atividades

Ano de 2019



CENTRO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL LUCINDA ANINO DOS SANTOS

Exercício de 2019 Relatório e Contas da Direção

[Handwritten signature]
[Handwritten initials]

1. Introdução

Nos termos estatutários apresenta esta Direção à sua Assembleia Geral o Relatório e Contas do Ano de 2019.

Analisando o plano de atividades para o ano de 2019 e a sua execução e que consta neste relatório, podemos dizer que atingiu 80%. Conseguiu-se atingir o nível de sustentabilidade no que diz respeito à situação económica porque mais um ano o resultado líquido do exercício é positivo.

Foram realizadas as eleições para o mandato de 2020 a 2023.

O Albergue uma vez legalizado, funcionou para grupos de jovens de Lisboa e do Algarve. Foi feito intercâmbio com jovens de Instituições do Algarve. Também no Albergue os espaços exteriores foram beneficiados e arrançados pelo pessoal dos cursos de formação da URP. Foi mantido um posto de trabalho em protocolo com o IEFP. Este trabalho foi coordenado pelo pessoal da Instituição.

Em 2019 por força da Lei foi feita a atualização do salário mínimo Nacional. Também foi feito um aumento salarial para as restantes categorias.

Previo o plano a aquisição de um autocarro novo e duas viaturas ligeiras de 9 lugares. Em 2019 foram feitas as encomendas para o autocarro e uma viatura de 9 lugares cuja entrega foi feita em 2020.

Em termos de investimentos, foram adquiridos equipamentos que substituíram outros cuja vida útil tinha terminado.

2. Respostas Sociais

2.1 Jardim de Infância – Pré-Escolar

O Jardim de Infância é uma resposta social que nos termos da Lei está integrada na Rede Nacional do Ensino Pré-Escolar. Está a funcionar nas duas componentes, a lectiva e a de apoio à família e é frequentada em todos os equipamentos num total de 297 crianças, dos 3 aos 6 anos.

Esta resposta social funciona com acordos de cooperação celebrados com o Centro Distrital de Segurança Social de Faro e a Direção Regional de Educação, para o seu funcionamento.

2.2 Creche

As crianças que frequentam esta resposta social são do escalão etário dos 4 meses a 3 anos.

O número de crianças que frequentam esta resposta social é de 213, em todos os equipamentos.

2.3 CATL

Esta resposta social vem prestando grande apoio às crianças em idade escolar, pois as suas actividades estão viradas para as suas horas livres.

É feito o transporte em autocarro da Instituição para a escola e vice-versa. Também é servido o almoço e lanche.

A Resposta Social de CATL funcionou no ano letivo de 2018 – 2019, nos Centros Infantis de Santo Amaro e Vila da Luz. No ano letivo de 2019 – 2020 que se iniciou em 1 de setembro de 2019 somente funcionou no Centro Infantil de Santo Amaro, encerrando o da Vila da Luz em 31 de agosto de 2019.

O total de crianças desta resposta social é de 104.

2.4 Lar de Jovens

O Lar de Jovens é a resposta social que originou a existência da Instituição e é nela que se centralizam os maiores esforços, quer financeiros, quer humanos para que esta funcione de maneira a garantir às crianças internas um meio acolhedor e o mais familiarizado possível. É uma resposta social com muitos problemas, devido a ser exigido a admissão de jovens com comportamentos desviantes e muitas vezes pequenos consumidores de estupefacientes. Devido á escala etária que solicitam o acolhimento que se situa numa média dos 15 anos, é muito difícil manter jovens do sexo masculino e feminino.

Entre os do sexo feminino e masculino, o número de utentes nesta resposta social é de 40.

2.5 Intervenção Comunitária

Nesta área de actuação está o Centro Juvenil, o Centro Comunitário Dar a Mão (Chinicato) e o Centro Comunitário Duna (Meia Praia).

O Centro Juvenil continua a apoiar crianças em risco e famílias residentes nos bairros degradados da cidade. Continua a necessidade de ser revisto o funcionamento desta resposta social. Está a ser analisado juntamente com a Segurança Social a possibilidade de enquadramento no quadro das respostas sociais tipificadas.

Os Centros Comunitários Dar a Mão e Duna apoiam as populações do Chinicato e Meia Praia, respetivamente.

2.6 Casa de Santo Amaro

Neste edifício que abriu as suas portas em 3 de maio de 1999, funcionam as seguintes respostas sociais:

- Lar de Pessoas com deficiência motora 30

rw
Thiz
adch

- CAO.....	28
-URP	40

Handwritten signature and initials in blue ink, including "ru", "Tis", and "Abel".

Na URP (Unidade de Reabilitação Profissional), funciona a Formação Profissional para pessoas portadoras de deficiência motora, curso financiado pelo IEFP e Programa de Qualificação das Pessoas com Deficiência e Incapacidades. Os utentes desta formação, bem como todos os do Lar e CAO recebem diariamente apoio de fisioterapia e apoio psicológico.

Em 2019 os alunos continuaram a fazer estágio profissional em empresas, nas áreas de Assistente Administrativo, Assistente Familiar, Assistente de Cozinha, Operador Gráfico e Operador de Jardinagem. A existência desta Unidade de Reabilitação Profissional enquadra-se num programa do IEFP até 2020, com possibilidade de ter seguimento com apresentação de outros projectos.

O Lar Residencial e CAO continuam a apoiar pessoas com deficiência motora dando aos seus utentes qualidade de vida que não tinham antes da sua integração nestas respostas sociais. Do programa há várias actividades como fisioterapia, actividades desportivas adaptadas e lúdicas.

2.7 Protocolos

Mantivemos o protocolo com a Segurança Social para o RSI (Rendimento Social de Inserção).

A Instituição continuou a pertencer á Rede Europeia de Inserção Social de Pessoas Desfavorecidas, Rede Social e também à rede de âmbito nacional Construir Juntos.

2.8 POAPMC Plano Operacional Alimentar Para Pessoas Carenciadas

Em 2019 foram distribuídos bens alimentares a pessoas carenciadas ao abrigo de um protocolo celebrado com o Centro Distrital de Segurança Social de Faro. O número de pessoas com este protocolo foram de 131. A quantidade de alimentos distribuídos foi de 24.000 quilos.

3. Pessoal

Pessoal a prestar serviço nesta Instituição do quadro:

- Diretores Técnicos/Pedagógicos	5
- Diretores Técnicos	2
- Assistentes Sociais	7
- Psicólogas	7
- Sociólogos	1
- Técnica Int. Educação Comunitária	1

Handwritten signature and initials in blue ink.

- Fisioterapeuta	1
- Coordenador da URP.....	1
- Economista	1
- TOC	1
- Educadoras de Infância	20
- Educadoras Social	3
- Téc. Sup. animação Sociocultural	5
- Animadores Cultural	6
- Pessoal de Apoio e Vigilância.....	76
- Pessoal Administrativo	9
- Pessoal de Cozinha.....	17
- Pessoal Auxiliar.....	32
- Pessoal Encarregado	1
- Motoristas	4
- Formadores.....	4
- Monitores.....	3
- Tec. Reabilitação	2
Total:	209

Regime de avença:

- Médico Clínico Geral	1
- Médico Fisiatra	1
- Advogado	1
- Enfermeira	1
- Formadores Externos.....	6
Total:.....	10

4. Investimentos

Equipamentos	15.969,39 Euros
Viaturas	140.140,00 Euros
SOMA	156.109,39 Euros

5. Actividades Recreativas

Em 2019 a Instituição organizou algumas atividades de Carnaval nos seus equipamentos e participou no desfile a nível de cidade organizado pela Câmara Municipal de Lagos. Comemorou também o Dia Mundial da Criança e o Natal.

6. Relações Exteriores

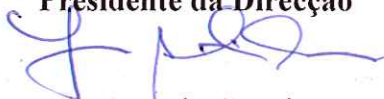
Manteve esta Instituição uma política de boas relações com Entidades Oficiais, Câmara Municipal de Lagos, Juntas de Freguesia, Delegação de Lagos do Instituto de Emprego e Formação Profissional, bem como outras Instituições congéneres, também Firms Comerciais da cidade, e Caixa de Crédito Agrícola Mútuo de Lagos.

- Da população em geral e da comunidade estrangeira residente nesta área foi recebido todo o apoio para a Festa de Natal do Lar de Jovens.

- Do Centro Distrital de Solidariedade e Segurança Social de Faro foram mantidos os normais acordos de cooperação.

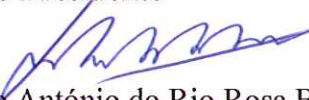
A Direcção

Presidente da Direcção



José António Carreiro

Vice-Presidente



João António do Rio Rosa Bravo

Secretário



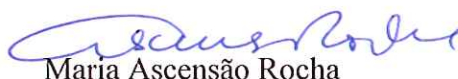
Dr. José Joaquim Pacheco dos Reis

Tesoureiro



Dr.ª. Ana Maria Martins Ventura

Vogal Efetivo



Maria Ascensão Rocha

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2019	31 DEZ 2018
ACTIVO			
Activo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		2.273.456,70	2.198.077,48
Bens do património histórico e artístico e cultural		4.085,15	4.085,15
Ativos intangíveis		155,00	0,00
Investimentos financeiros		12.105,79	8.822,07
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		81.815,77	81.815,77
		2.371.618,41	2.292.800,47
Activo corrente			
Inventários		332,18	313,68
Créditos a receber		75.601,72	77.139,60
Estado e outros entes públicos		7.266,41	11.488,39
Caixa e depósitos bancários		34.765,57	64.011,58
Gastos a reconhecer		38.698,90	35.174,52
Fundadores/Beneméritos/Patrocinadores...		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		2.401,51	2.098,45
Outras contas a receber		86.876,96	130.051,18
		245.943,25	320.277,40
Total do ativo		2.617.561,66	2.613.077,87
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		416.234,11	416.234,11
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		214.375,53	214.375,53
Resultados transitados		-303.043,07	-455.258,16
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		936.998,83	897.227,13
		1.264.565,40	1.072.578,61
Resultado líquido do período		13.014,37	183.283,00
Total dos fundos patrimoniais		1.277.579,77	1.255.861,61
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		336.509,36	294.708,46
Outras contas a pagar		0,00	0,00
		336.509,36	294.708,46
Passivo corrente			
Fornecedores		316.738,88	300.595,31
Diferimentos		16.609,35	30.841,04
Estado e outros entes públicos		164.577,82	176.196,82
Fundadores/beneméritos/patrocinadores...		0,00	0,00
Outras contas a pagar		427.355,02	395.245,54
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		77.994,38	158.519,41
Adiantamentos a clientes		197,08	1.109,68
		1.003.472,53	1.062.507,80
Total do passivo		1.339.981,89	1.357.216,26
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		2.617.561,66	2.613.077,87

A Direcção

O responsável

CENTRO A. SOCIAL L. ANINO SANTOS
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Contribuinte: 500877270

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2019	2018
Vendas e serviços prestados	1	894.625,65	873.013,43
Subsídios, doações e legados à exploração		3.215.899,03	3.252.131,73
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		60.935,25	121.728,28
Fornecimentos e serviços externos		666.688,36	699.753,07
Gastos com o pessoal		3.262.681,17	3.189.961,25
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		3.532,69	2.555,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos		79.742,11	328.427,58
Outros gastos		81.543,71	153.368,44
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		114.885,61	286.206,70
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		80.976,56	78.533,08
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		33.909,05	207.673,62
Juros e rendimentos similares obtidos		32,00	0,00
Juros e gastos similares suportados		20.926,68	24.390,62
Resultados antes de impostos		13.014,37	183.283,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		13.014,37	183.283,00


 José Joaquim Salvo de Azevedo





escrivente

CENTRO A. SOCIAL L. ANINO SANTOS
 DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2019	2018
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		930.403,30	876.453,04
Pagamentos de subsídios		41,00	0,00
Pagamentos de apoios		5.040,82	2.765,20
Pagamentos de bolsas		75.187,12	141.836,61
Pagamentos a fornecedores		677.634,19	789.036,31
Pagamentos ao pessoal		2.044.641,16	2.142.612,64
Caixa gerada pelas operações		-1.872.140,99	-2.199.797,72
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		-218.766,86	-225.440,52
Outros recebimentos/pagamentos		3.058.355,42	3.111.468,24
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		967.447,57	686.230,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	-500,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	-2.803,00
Outros ativos		0,00	16.000,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		1.000,00	4.000,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		4.500,00	275.000,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		40.000,00	0,00
Juros e rendimentos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		45.500,00	266.303,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		910.000,00	815.000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		6.040,95	19.337,06
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		1.117.493,89	900.557,56
Juros e gastos similares		16.158,51	20.193,52
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-217.611,45	-86.414,02
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		795.336,12	866.118,98
Efeito das diferenças de câmbio		46,58	65,65
Caixa e seus equivalentes no início do período		64.011,58	6.744,07
Caixa e seus equivalentes no fim do período		34.765,57	64.011,58


A Direcção



José Joaquim Pacheco dos Reis

António Manuel Gonçalves

O Responsável



Valência	Descrição	Acumulado			
		Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
90	CONTABILIDADE ANALÍTICA	4.200.092,66	4.213.107,03	194.954,16	194.954,16
9001	CENTRO DE INFÂNCIA E JUVENTUDE S.JOÃO	864.877,94	875.222,86	44.171,55	54.516,47
900101	Creche de S. João	187.585,37	207.512,91	0,00	19.927,54
900102	Pré-Escolar de S. João	253.692,34	288.281,27	0,00	34.588,93
900104	Lar de Jovens	423.600,23	379.428,68	44.171,55	0,00
9002	CENTRO INFANTIL DE STºAmaro	669.776,61	672.758,67	46.069,99	49.052,05
900201	Creche de Stº Amaro	294.258,55	248.188,56	46.069,99	0,00
900202	Pré-Escolar de Stº Amaro	258.335,10	276.041,63	0,00	17.706,53
900203	CATL de Stº Amaro	117.182,96	148.528,48	0,00	31.345,52
9003	CENTRO INFANTIL DE BENSFRIM	400.817,56	366.347,11	34.470,45	0,00
900301	Creche de Bensafrim	218.530,62	184.201,31	34.329,31	0,00
900302	Pré-Escolar de Bensafrim	182.286,94	182.145,80	141,14	0,00
9004	CENTRO INFANTIL DA LUZ	319.055,61	336.475,18	4.931,09	22.350,66
900401	Creche da Luz	131.204,90	139.668,01	0,00	8.463,11
900402	Pré-Escolar da Luz	161.754,78	175.642,33	0,00	13.887,55
900403	CATL da Luz	26.095,93	21.164,84	4.931,09	0,00
9005	CASA de SANTO AMARO	1.228.142,25	1.207.121,28	43.887,16	22.866,19
900501	Lar Residencial	622.582,51	578.695,35	43.887,16	0,00
900502	Centro Actividades Ocupacionais	185.987,33	208.853,52	0,00	22.866,19
90053	URP - IEFP 2019/2022	42.625,39	42.625,39	0,00	0,00
900531	ACÇÃO - 1 - A.ADMINISTRATIVO	22.091,77	22.091,77	0,00	0,00
900532	ACÇÃO - 2 - COZINHEIRO	13.629,86	13.629,86	0,00	0,00
900533	ACÇÃO - 3 - A.F.A.Comunidade	6.903,76	6.903,76	0,00	0,00
90054	URP - 2018/2020	376.947,02	376.947,02	0,00	0,00
900541	Ass. Familiar -	62.766,12	62.766,12	0,00	0,00
900542	Op. Gráfico	78.955,82	78.955,82	0,00	0,00
900543	Ass. Administrativo	65.817,60	65.817,60	0,00	0,00
900544	OP. Jardinagem	63.124,69	63.124,69	0,00	0,00
900545	Ass. Cozinha	44.268,91	44.268,91	0,00	0,00
900546	Informática	62.013,88	62.013,88	0,00	0,00
9006	CENTRO INFANTIL DO CHINICATO	296.898,93	320.560,22	0,00	23.661,29
900601	Creche do Chinicato	130.036,41	140.439,61	0,00	10.403,20
900602	Pré-Escolar do Chinicato	166.862,52	180.120,61	0,00	13.258,09
9007	ACÇÕES DE APOIO A COMUNIDADE	417.611,48	433.589,49	6.529,49	22.507,50
900701	Centro Juvenil	56.818,06	53.267,44	3.550,62	0,00
900702	Cantinas Sociais	3.225,35	9.400,00	0,00	6.174,65
900704	Centro Comunitário Duna	89.264,14	105.596,99	0,00	16.332,85
900705	Centro Comunitário do Chinicato	104.341,69	103.176,62	1.165,07	0,00
900706	RSI-Rendimento Social de Inserção /desp.15400/2004	143.882,04	142.068,24	1.813,80	0,00
900707	C.L.S	20.080,20	20.080,20	0,00	0,00
9008	OUTROS PROJECTOS	2.912,28	1.032,22	1.880,06	0,00
900801	Albergue Juvenil	2.912,28	1.032,22	1.880,06	0,00
909999	Contrapartida da Analitica	4.213.107,03	4.200.092,66	13.014,37	0,00
	Totais	8.413.199,69	8.413.199,69	194.954,16	194.954,16
	SaldoGeral				



José Joaquim Pacheco dos Reis

Assessor

Reserva Análise de Ventas



Balancete de Razão

Reg. Exercício / 2019

(Valores em Euros)

Página: 1 de 1

Conta	Descrição	Acumulado			
		Débito	Crédito	Saldo Débito	Saldo Crédito
11	Caixa	257.253,54	254.731,67	2.521,87	0,00
12	Depósitos à ordem	5.670.143,77	5.637.900,07	32.243,70	0,00
21	Clientes e Utentes	1.079.931,48	1.004.526,84	137.313,63	61.908,99
22	Fornecedores	721.184,12	1.035.521,49	2.401,51	316.738,88
23	Pessoal	2.188.275,97	2.183.132,29	6.299,10	1.155,42
24	Estado e outros entes públicos	1.081.350,96	1.238.662,37	7.266,41	164.577,82
25	Financiamentos obtidos	4.058.127,55	4.423.759,48	70.926,20	436.558,13
27	Outras contas a receber e a pagar	535.315,32	929.808,87	18.148,46	412.642,01
28	Diferimentos	108.850,81	86.761,26	38.698,90	16.609,35
31	Compras	60.935,25	60.935,25	0,00	0,00
33	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	62.521,48	62.189,30	332,18	0,00
41	Investimentos financeiros	13.951,61	1.845,82	12.105,79	0,00
42	Propriedades de investimento	121.149,28	39.333,51	121.149,28	39.333,51
43	Activos fixos tangíveis	5.086.561,23	2.901.197,43	5.086.561,23	2.901.197,43
44	Activos intangíveis	12.676,80	12.521,80	12.676,80	12.521,80
45	Investimentos em curso	92.178,05	0,00	92.178,05	0,00
51	Fundos	0,00	416.234,11	0,00	416.234,11
55	Reservas	0,00	214.375,53	0,00	214.375,53
56	Resultados transitados	688.374,62	385.331,55	475.226,75	172.183,68
59	Outras variações nos fundos patrimoniais	30.078,30	967.077,13	0,00	936.998,83
61	Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	60.935,25	0,00	60.935,25	0,00
62	Fornecimentos e serviços externos	667.363,84	675,48	666.688,36	0,00
63	Gastos com o Pessoal	3.266.323,05	3.641,88	3.262.681,17	0,00
64	Gastos de depreciação e de amortização	80.976,56	0,00	80.976,56	0,00
65	Perdas por imparidade	4.849,94	0,00	4.849,94	0,00
68	Outros gastos	81.837,56	293,85	81.543,71	0,00
69	Gastos de financiamento	20.926,68	0,00	20.926,68	0,00
72	Prestações de serviços	2.498,64	897.124,29	0,00	894.625,65
75	Subsídios, doações e legados à exploração	14.381,14	3.230.280,17	0,00	3.215.899,03
76	Reversões	0,00	1.317,25	0,00	1.317,25
78	Outros rendimentos	0,00	79.742,11	0,00	79.742,11
79	Juros, dividendos e outros rendimentos similares	0,00	32,00	0,00	32,00
81	Resultado líquido do período	183.283,00	183.283,00	0,00	0,00
	Totais	26.252.235,80	26.252.235,80	10.294.651,53	10.294.651,53
	Saldo Geral				



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do **Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos** (a Instituição ou Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2019 (que evidencia um total de 2.617.561,66 euros e um total de fundos patrimoniais de 1.277.579,77 euros, incluindo um resultado líquido de 13.014,37 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Ênfase

Já depois de terminado o exercício, o mundo tem vindo a ser confrontado com um fenómeno pandémico nunca vivido nos últimos cem anos, cuja intensidade e gravidade tem superado toda a capacidade de previsão ou experiência histórica, e que todos os dias não cessa de surpreender pelo nível de catastrofismo e pelo desafio que encerra, mesmo às sociedades mais avançadas e cientificamente mais preparadas.

Por todo o mundo assiste-se atualmente a uma súbita desaceleração da atividade económica, em consequência do confinamento temporário a que estão sujeitas largas proporções das populações dos países mais afetados, nos quais vigoram também fortes restrições à normal atividade económica de múltiplas empresas dos mais variados setores para conter a propagação da doença, cujos impactos, apesar de ainda indeterminados na sua totalidade, permitem já antever um cenário de recessão global.

Assim, as perspetivas de evolução da atividade da Instituição em 2020 encontram-se inesperadamente desafiadas pelo impacto que a pandemia vier a provocar.

Apesar de ninguém duvidar da gravidade do impacto económico do fenómeno, nesta fase torna-se bastante complexo quantificar a magnitude da sua materialidade e profundidade, caso o nível de risco se agrave.

Dada a incerteza quer quanto ao período de duração da pandemia COVID-19 quer quanto ao seu impacto na economia global, a Instituição não consegue antecipar o impacto destes acontecimentos nos seus resultados futuros, mas estima que estes venham a ser consideráveis.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

Responsabilidades da Direção pelas demonstrações financeiras

A Direção é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou erro;

- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

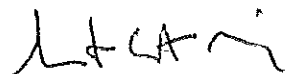
Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam

suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;

- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, nos termos da Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

Queijas, 30 de junho de 2020



António Manuel Castanho Miranda Ribeiro (ROC 778)

Rua Rebelo da Silva, n.º 24,

2790 – 428 Queijas

CENTRO A. SOCIAL L. ANINO

SANTOS

Anexo

15 de Julho de 2020

Índice

1	Identificação da Entidade.....	4
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	4
3	Principais Políticas Contabilísticas.....	6
3.1	Bases de Apresentação	Erro! Marcador não definido.
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	Erro! Marcador não definido.
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:.....	9
5	Ativos Fixos Tangíveis.....	9
6	Ativos Intangíveis	12
7	Loações	13
8	Custos de Empréstimos Obtidos	14
9	Inventários	14
10	Rédito	14
11	Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes	15
12	Subsídios do Governo e apoios do Governo	15
13	Efeitos de alterações em taxas de câmbio	Erro! Marcador não definido.
14	Imposto sobre o Rendimento	Erro! Marcador não definido.
15	Benefícios dos empregados	16
16	Divulgações exigidas por outros diplomas legais.....	16
17	Outras Informações.....	16
17.1	Investimentos Financeiros	17
17.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	17
17.3	Clientes e Utentes	18
17.4	Outras contas a receber	18
17.5	Diferimentos	18
17.6	Outros Ativos Financeiros	19
17.7	Caixa e Depósitos Bancários	19
17.8	Fundos Patrimoniais.....	19
17.9	Fornecedores	19
17.10	Estado e Outros Entes Públicos.....	20
17.11	Outras Contas a Pagar.....	20
17.12	Outros Passivos Financeiros.....	20
17.13	Subsídios, doações e legados à exploração	20

17.14 Fornecimentos e serviços externos.....	21
17.15 Outros rendimentos.....	21
17.16 Outros gastos	21
17.17 Resultados Financeiros.....	22
17.18 Acontecimentos após data de Balanço.....	22

1 Identificação da Entidade

- Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos (doravante designado por “Caslas”, “Centro” ou “Instituição”), com sede em Lagos, no Rossio de S. João, inicialmente designado por Patronato Nossa Senhora do Carmo, foi constituído em 20 de fevereiro de 1931, por Lucinda Anino dos Santos e Cesaltina Roque. Os primeiros Estatutos datam de 1944, tendo sido alterados em 1954, passando então a instituição a denominar-se Centro de Assistência de Nossa Senhora do Carmo. Em maio de 1982, os Estatutos foram novamente alterados, data em que a instituição passou a ter a atual designação. Em setembro de 1987, com vista à transformação do Centro numa Instituição Particular de Solidariedade Social ocorreu nova alteração estatutária.
- O Caslas é atualmente uma das mais prestigiantes instituições no contexto do Associativismo do Município de Lagos.
- O Caslas é uma instituição particular de solidariedade nacional, reconhecida de pessoa coletiva de utilidade pública, que tem vindo a assegurar durante vários anos a promoção social dos extratos populacionais mais desfavorecidos, constituindo um importante agente de desenvolvimento social na zona de Lagos.
- Tal como consta nos seus estatutos, registados no Livro n.º2 das Associações de Solidariedade Social, pelo averbamento n.º3 a inscrição n.º5/82, a folhas 13 verso e 14, efetuado em 5 de novembro de 2003, nos termos do n.º2 do artigo 13.º do Regulamento aprovado pela Portaria n.º 778/83, de 23 de julho, a instituição tem como finalidade contribuir para a promoção social dos extratos populacionais mais jovens, deficientes e idosos na área do concelho onde está inserida.
- Para a realização dos seus objetivos a instituição tem em funcionamento um lar de jovens, várias creches e jardins-de-infância, centros de atividade de tempos livres (CATL), centros comunitários, centro juvenil, lar de residencial para pessoas com deficiência e centro de atividades ocupacionais.
- Os serviços prestados pela instituição são gratuitos ou remunerados em regime de proporcionismo, de acordo com a situação económico-familiar dos utentes.
- É entendimento da Direção que estas demonstrações financeiras reflitam de forma verdadeira e apropriada as operações da instituição, bem como a sua posição e desempenho financeiro e os seus fluxos de caixa.
-

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

As demonstrações financeiras do exercício foram preparadas no pressuposto da continuidade das

operações, a partir dos registos da instituição e de acordo com as normas reguladas pelos seguintes diplomas legais:

- Decreto-lei n.º 98/2015 de 2 de Junho - Sistema de Normalização Contabilística;
- Portaria n.º 208/2015 de 23 de Julho - Código de Contas;
- Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho - Modelos de Demonstrações Financeiras e Anexo;
- Aviso n.º 8259/2015 - Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as ESNL.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Instituição, foram utilizadas as normas que integram o SNC-ESNL, antes referidas, em todos os aspectos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da entidade e no regime do acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos nas alíneas a), b) e) e f) no artigo 4º Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração de resultados, a demonstração de fluxos de caixa e o anexo.

2.1 - Indicação e justificação das disposições das ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas

Nos períodos abrangidos pelas presentes demonstrações financeiras não foram derogadas quaisquer disposições do SNC que tenham produzido efeitos materialmente relevantes e que pudessem por em causa a imagem verdadeira e apropriada que devam aos interessados pelas informações disponibilizadas.

2.2 - Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior

As quantias relativas ao período findo em 31 de Dezembro de 2016, incluídas nas presentes demonstrações financeiras para efeitos comparativos, estão apresentadas em conformidade com o modelo resultante das alterações introduzidas pelos diplomas legais emitidos no âmbito da publicação do SNC-ESNL.

Reconciliação dos Fundos Patrimoniais	
Fundos Patrimoniais PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Fundos Patrimoniais SNC-ESNL	

Por sua vez a reconciliação do Resultado do Período é a seguinte:

Reconciliação do Resultado	
Resultado Líquido PCIPSS/PCAM/POCFADAAC	
Desreconhecimento de Ativos Intangíveis	
Outros Ajustamentos	
Impostos Diferidos	
Total de Ajustamentos	0,00
Resultado Líquido SNC-ESNL	

3 Principais Políticas Contabilísticas

3.2.1 Fluxos de Caixa

A direção deve comentar quantias dos saldos significativos de caixa e seus equivalentes que não estão disponíveis para uso. Os valores inscritos na rubrica de caixa e em depósitos bancários devem ser desagregados, para melhor compreensão.

Devem ser divulgados agregadamente, no que respeita tanto à obtenção como à perda de controlo de subsidiárias ou de outras unidades empresariais durante o período cada um dos seguintes pontos:

- a) A retribuição total paga ou recebida;
- b) A parte da retribuição que consista em caixa e seus equivalentes;
- c) A quantia de caixa e seus equivalentes na subsidiária ou na unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido; e
- d) A quantia dos ativos e passivos que não sejam caixa e seus equivalentes na subsidiária ou unidade empresarial sobre as quais o controlo é obtido ou perdido, resumida por cada categoria principal.

Devem ser indicadas as transações de investimento e de financiamento que não tenham exigido o uso de caixa ou seus equivalentes, de forma a proporcionar toda a informação relevante acerca das atividades de investimento e de financiamento.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os activos intangíveis, que compreendem essencialmente “Programas de computador”, encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e quaisquer perdas de imparidade acumuladas.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, utilizando-se para o efeito as taxas definidas no DR 25/2009 de 14 de Setembro, e utilizou-se o regime dos duodécimos.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	3
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

O valor residual de um “Ativo Intangível” com vida útil finita deve ser assumido como sendo zero, exceto se:

- a) Houver um compromisso de um terceiro de comprar o ativo no final da sua vida útil, ou
- b) Houver um mercado ativo para este ativo, e
- c) Seja provável que tal mercado exista no final da sua vida útil.

3.2.3 Ativos Fixos Tangíveis

Os activos fixos tangíveis encontram-se registados ao seu custo considerado, o qual corresponde ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e quaisquer perdas de imparidade acumuladas. As depreciações são calculadas, quando o activo estiver disponível para o uso, pelo método da linha recta, de uma forma consistente de período para período. Tal como em 2015 foram utilizadas as taxas definidas no DR 25/2009 de 14 de Setembro, que se consideram representarem satisfatoriamente a vida útil estimada dos bens, tendo-se utilizado o regime dos duodécimos. Para bens adquiridos até 31 de Dezembro de 2011 são utilizadas as taxas em vigor definidas no DL 78/79, de 3 de Março.

Relativamente ao desreconhecimento da quantia escriturada de um item do activo fixo tangível o mesmo terá lugar no momento da alienação, ou quando não se espere futuros benefícios económicos de seu uso.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	0
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	4-7
Equipamento biológico	6
Equipamento administrativo	3-5
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativa, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

a) Inventários

As matérias-primas encontram-se valorizadas pelo seu custo histórico ou valor realizável líquido, no caso de este ser inferior (utilizando o FIFO como forma de custeio).

Os gastos relativos aos inventários são registados no mesmo período de reporte em que o rédito é reconhecido. A entidade utiliza o regime de inventário permanente.

b) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo ao custo, deduzido dos custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à emissão desses passivos, sendo expressos no balanço no passivo corrente ou não corrente, dependendo de o seu vencimento ocorrer a menos ou a mais de um

ano, respectivamente. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações decorrentes dos contractos, designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

Os custos de juros e outros incorridos com empréstimos são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva e contabilizados na demonstração dos resultados do período de acordo com o regime do acréscimo, excepto, nos casos em que possam ser capitalizados.

c) Caixa e depósitos Bancários

Os montantes incluídos nestas rubricas correspondem aos valores de caixa, depósitos à ordem e outros depósitos que sejam mobilizáveis sem risco significativo de alteração de valor. Se o seu vencimento for inferior a 12 meses, são reconhecidos como activo corrente, caso contrário, são reconhecidos como activo não corrente.

d) Dívidas a Terceiros

As dívidas a fornecedores ou a outros terceiros que não vencem juros são registados ao custo ou custo amortizado. O seu desreconhecimento só ocorre quando cessarem as obrigações designadamente quando tiver havido lugar a liquidação, cancelamento ou expiração.

e) Regime do acréscimo

Os gastos e rendimentos são registados no período a que se referem, independentemente do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o regime de acréscimo. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas nas rubricas "Outras contas a receber e a pagar" ou "Diferimentos".

f) Réditos

O rédito relativo a prestações de serviços decorrentes da actividade ordinária da instituição, é reconhecido pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber. Ou seja, o rédito associado a uma transacção deve ser reconhecido com referência à fase de acabamento da transacção. No caso das prestações de serviços continuadas, o valor do rédito é reconhecido numa base de linha recta.

g) Subsídios

Os subsídios, incluindo os subsídios não monetários, são reconhecidos quando existe garantia de que irão ser recebidos e que a entidade cumprirá as condições exigidas a eles associadas.

Os subsídios relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos do próprio período, na rubrica “subsídios à exploração” da demonstração de resultados do período em que os programas/contractos são realizados, independentemente da data do seu recebimento, a não ser que se tornem recebíveis num período posterior, onde serão rendimentos desse período.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com activos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais, sendo posteriormente reconhecidos na demonstração dos resultados numa base sistemática e racional durante os períodos contabilísticos necessários para balanceá-los com os gastos relacionados.

Os subsídios reembolsáveis são contabilizados como Passivos, na rubrica de “Financiamentos Obtidos”.

h) Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data do balanço que proporcionem provas ou informações adicionais sobre condições que existam à data do balanço (acontecimentos que dão lugar a ajustamentos), são reflectidos nas demonstrações financeiras da Instituição. Os eventos após a data do balanço que sejam indicativos de condições que surgiram após a data do balanço (acontecimentos que não dão lugar a ajustamentos), quando materiais, são divulgados no anexo às demonstrações financeiras.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

- Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.

5 Ativos Fixos TangíveisBens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição

Bens do património histórico, artístico e cultural

No período de 2018, ocorreram os seguintes movimentos nos “Bens do património, histórico, artístico e cultural”:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	4.085,15					4.085,15
Bens móveis	0,00					0,00
Total	4.085,15	0,00	0,00	0,00	0,00	4.085,15

Descrição	2018			Saldo final
	Saldo Inicial	Abates	Diminuições	
Custo				
Bens Imóveis				
Arquivos				
Bibliotecas				
Museus				
Bens móveis				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

No período de 2019, ocorreram os seguintes movimentos nos "Bens do património, histórico, artístico e cultural":

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo	0,00					0,00
Bens Imóveis	0,00					0,00
Arquivos	0,00					0,00
Bibliotecas	0,00					0,00
Museus	4.085,15					4.085,15
Bens móveis	0,00					0,00
Total	4.085,15	0,00	0,00	0,00	0,00	4.085,15

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2018 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	39.996,93					39.996,93
Edifícios e outras construções	3.033.664,39					3.033.664,39
Equipamento básico	980.544,68	10.202,66				990.747,34
Equipamento de transporte	532.186,93					532.186,93

Equipamento biológico	324.838,55	766,98				325.605,53
Equipamento administrativo	0,00					0,00
Outros Ativos fixos tangíveis	4.165,57					4.165,57
Total	4.915.397,05	0,00	0,00	0,00	0,00	4.926.366,69
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e outras construções	1.076.022,94	56.314,37				1.132.337,31
Equipamento básico	845.180,28	13.177,68				858.357,96
Equipamento de transporte	501.535,62	5.602,15				507.137,77
Equipamento biológico	3.041,27					3.041,27
Equipamento administrativo	317.056,24	1.564,57				318.620,81
Outros Ativos fixos tangíveis	4.013,41					4.013,41
Total	2.743.808,49	76.658,77	0,00	0,00	0,00	2.820.467,26

Descrição	2019					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Terrenos e recursos naturais	39.996,93					39.996,93
Edifícios e outras construções	3.033.664,39					3.033.664,39
Equipamento básico	990.747,34	11.016,16				1.001.763,50
Equipamento de transporte	532.186,93	140.140,00				672.326,93
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo	325.605,53	4.953,23				330.558,76
Outros Ativos fixos tangíveis	4.165,57					4.165,57
Total	4.926.366,69	0,00	0,00	0,00	0,00	5.082.476,08
Depreciações acumuladas						
Terrenos e recursos naturais	0,00					0,00
Edifícios e O.construções	1.132.337,31	56.314,37				1.188.651,68
Equipamento básico	858.357,96	12.931,13				871.289,09
Equipamento de transporte	507.137,77	10.182,69				517.320,46
Equipamento biológico	3.041,27					3.041,27
Equipamento administrativo	318.620,81	1.301,98				319.922,79
Outros Ativos fixos tangíveis	4.013,41	972,14				972,14
Total	2.820.467,26	0,00	0,00	0,00	0,00	2.900.225,29

Propriedades de Investimento

No que concerne às "Propriedades de Investimento" os movimentos ocorridos, nos períodos de 2018 e 2019, foram os seguintes:

Descrição	2018					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
P.Investimento	121.799,71		650,43			121.149,28
Total	121.799,71		650,43			121.149,28

Descrição	2019					Saldo Final
	Saldo inicial	Aquisições	Alienações	Transferências	Variação do Justo Valor	
P.Investimento	121.149,28		0,00			121.149,28
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

6 Ativos Intangíveis

Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes "Ativos Intangíveis" do domínio público:

Descrição

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2011 e de 2012, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	2018					Saldo final
	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	12.496,80					12.496,80
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	12.496,80	0,00	0,00	0,00	0,00	12.496,80
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	12.496,80					12.496,80
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	12.496,80	0,00	0,00	0,00	0,00	12.496,80

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Transferências	Revalorizações	Saldo final
Custo						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	0,00					0,00
Programas de Computador	12.496,80					12.676,80
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	12.496,80	0,00	0,00	0,00	0,00	12.676,80
Depreciações acumuladas						
Goodwill	0,00					0,00
Projetos de Desenvolvimento	12.496,80					12.521,80
Programas de Computador	0,00					0,00
Propriedade Industrial	0,00					0,00
Outros Ativos intangíveis	0,00					0,00
Total	12.496,80	0,00	0,00	0,00	0,00	12.521,80

7 Locações

A Entidade detinha os seguintes ativos adquiridos com recurso à locação financeira:

Descrição	2019			2018		
	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada	Custo de Aquisição	Depreciações Acumuladas	Quantia Escriturada
Terrenos e recursos naturais						
Edifícios e outras construções	69.487,50	19.456,50	50.031,00	69.487,50	18.066,75	51.420,75
Equipamento básico						
Equipamento de transporte	114					
Equipamento biológico						
Equipamento administrativo						
Outros Ativos fixos tangíveis						
Total	69.487,50	19.456,50	50.031,00	69.487,50	18.066,75	51.420,75

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	2019			2018		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano						
De um a cinco anos						
Mais de cinco anos	14.638,61	6.330,49	8.308,12	2.0843,84	6.205,23	14.638,61
Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

8 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2019			2018		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	16.657,70	246.904,90	339.668,94	80.000,00	180.069,85	260.069,85
Locações Financeiras	0,00	73.498,12	73.498,12	0,00	14.638,61	14.638,61
Descobertos Bancários	1.336,68	0,00	1.336,68	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	60.000,00		0,00	65.000,00	100.000,00	165.000,00
Contas Bancárias de Factoring			0,00			0,00
Contas bancárias de letras descontadas			0,00			0,00
Outros Empréstimos	22.054,39	0,00	22.054,39	20.570,47	0,00	20.570,47
Total	100.048,77	336.509,36	436.558,13	165.570,47	294.708,46	460.278,91

9 Inventários

Em 31 de dezembro de 2019 e de 2018 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2018				2019		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1.071,75	120.656,53	0,00	313,68	60.935,25	0,00	332,18
Produtos acabados e intermédios	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Subprodutos, desperdícios, resíduos e refugos	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Produtos e trabalhos em curso	0,00		0,00	0,00		0,00	0,00
Total	1.071,75	120.656,53	0,00	313,68	60.935,25	0,00	332,18

10 Rédito

Para os períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2019	2018
Vendas	0,00	0,00
Prestação de Serviços		
Quotas de utilizadores	891.400,51	870.501,43
Quotas e joias	2.585,14	2.512,00
Promoções para captação de recursos	640,00	0,00

Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
Total	984.625,65	873.013,43

11 Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Provisões

Nos períodos de 2018 e 2019, ocorreram as seguintes variações relativas a provisões:

Descrição	2018	Aumentos	Diminuições	2019
Impostos	0,00	0,00	0,00	0,00
Garantias a clientes	0,00	0,00	0,00	0,00
Processos judiciais em curso	0,00	0,00	0,00	0,00
Acidentes de trabalho e doenças profissionais	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias ambientais	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratos onerosos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões específicas do setor	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras provisões	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

O aumento/diminuição da provisão “mencionar qual a rubrica da provisão” deve-se ao facto de “indicar o motivo”.

Passivos contingentes

“Relatar os passivos contingentes existentes, bem como os efeitos que podem ter e quais as incertezas que o mesmo acarreta, devendo ser indicado se existe a possibilidade de haver um exfluxo associado ao referido passivo contingente.”

Ativos contingentes

“Descrever quais os ativos contingentes existentes e que efeitos estes podem ter”

12 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo” e “Apoios do Governo”:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Governo		
IGSS,IP	2.693.324,15	2.614.291,24
IEFP,IP	455.116,68	519.599,25
AUTARQUIAS	5.754,40	5.439,20

OUTRAS ENTIDADES	61.703,80	64.748,76
Total	3.215.899,03	3.204.078,45

15 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2019 e 2018, foram, respetivamente "X" e "X". De um período para outro verificou-se a saída do(a) Exmo(a) Sr(a) "X" tendo sido substituído(a) pelo(a) Exmo(a) Sr(a) ""

Os órgãos diretivos usufruem as seguintes remunerações:

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2011 foi de "X" e em 31/12/2009 foi de "X".

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2019	2018
Remunerações aos Órgãos Sociais	24.154,18	24.154,18
Remunerações ao pessoal	2.647.897,53	2.585.809,82
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	2.822,74	6.419,92
Encargos sobre as Remunerações	553.160,49	539.856,24
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	17.749,67	17.086,80
Gastos de Ação Social	0,00	0,00
Outros Gastos com o Pessoal	16.896,56	16.634,29
Total	3.262.681,17	3.189.961,25

16 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2012 e 2011, foram de 0,00€ em cada um dos períodos.

17 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

17.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2019	2018
Investimentos em subsidiárias	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em associadas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos em entidades conjuntamente controladas	0,00	0,00
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
Investimentos noutras empresas	500,00	500,00
Outros investimentos financeiros	11.605,79	8.322,07
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
Total	12.105,79	8.822,07

17.2 Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

A 31 de dezembro de 2019 e 2018, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Doadores - em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	0,00	0,00
Financiamentos concedidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Perdas por imparidade	0,00	0,00
Total	0,00	0,00
Passivo		
Fundadores/associados/membros - em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos - Fundador/doador	0,00	0,00
Resultados disponíveis	0,00	0,00
Outras operações	0,00	0,00
Total	0,00	0,00

Relativamente a Beneficiários das mutualidades, estes para os períodos de 2019 e 2018, são discriminados da seguinte forma:

Outras operações	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Beneficiários das mutualidades - prestações a pagar				
Beneficiários das mutualidades - capitais vencidos a pagar				

Beneficiários das mutualidades - rendas vitalícias a pagar				
Beneficiários das mutualidades - melhorias de benefícios				
Beneficiários das mutualidades - subvenções				
Total	0,00	0,00	0,00	0,00

17.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2019 e 2018 a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	2019	2018
Clientes e Utentes c/c		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	70.105,25	74.213,24
Clientes e Utentes títulos a receber		
Clientes	-316.738,88	-274.089,95
Utentes	0,00	0,00
Clientes e Utentes factoring		
Clientes		
Utentes		
Clientes e Utentes cobrança duvidosa		
Clientes		
Utentes		
Total	-246.633,63	-199.876,71

Nos períodos de 2019 e 2018 foram registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2019	2018
Clientes		
Utentes	-61.711,89	-58.179,20
Total	-61.711,89	-58.179,20

17.4 Outras contas a receber

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a seguinte decomposição:

Descrição	2019	2018
Remunerações a pagar ao pessoal	-160,64	-400,51
Adiantamentos ao pessoal	6.299,10	6.742,46
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	930,00	930,00
Outras operações	-994,78	-1.469,76
Outros Devedores	2.509,97	7.858,86
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
Total	8.583,65	13.661,05

17.5 Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2019 e 2018, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2019	2018
Gastos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00
Rendimentos a Reconhecer		
Total	0,00	0,00

17.6 Outros Ativos Financeiros

A Entidade detinha, em 31 de dezembro de 2019 e 2018, investimentos nas seguintes entidades:

Descrição	2019	2018
Total	0,00	0,00

17.7 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de dezembro de 2019 e 2018, encontrava-se com os seguintes saldo:

Descrição	2019	2018
Caixa	2.483,59	1.553,62
Depósitos à ordem	61.527,99	5.190,45
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
Total	64.011,58	6.744,07

17.8 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	416.234,11	0,00	0,00	416.234,11
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	214.375,53	0,00	0,00	214.375,53
Resultados transitados	-455.258,16	152.215,09	0,00	-303.043,07
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	897.227,13	39.771,70	0,00	936.998,83
Total	1.072.578,61	191.986,79	0,00	1.264.565,40

17.9 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Fornecedores c/c	316.738,88	274.089,95
Fornecedores títulos a pagar	0,00	26.505,36
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
Total	316.738,88	300.595,31

17.10 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Ativo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	7.155,21	11.164,89
Outros Impostos e Taxas	111,20	323,50
Total	7.266,41	11.488,39
Passivo		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	0,00	0,00
Segurança Social	133.895,27	145.198,73
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
Total	133.895,27	145.198,73

17.11 Outras Contas a Pagar

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2019		2018	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Pessoal				
Remunerações a pagar		160,64		400,51
Cauções	0,00		0,00	
Outras operações		994,78		1.469,76
Perdas por imparidade acumuladas		0,00		0,00
Fornecedores de Investimentos		-8.496,80		-4.400,80
Credores por acréscimo de gastos		0,00		0,00
Outros credores		-2.509,97		-7.858,86
Total	0,00	-9.851,35	0,00	-10.389,39

17.12 Outros Passivos Financeiros

Os “Outros passivos financeiros” em 31 de dezembro de 2019 e 2018 são os seguintes:

Descrição	2019	2018
	0	0
Total	0,00	0,00

17.13 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2019 e 2018, os seguintes subsídio, doações, heranças e legados:

Descrição	2019	2018
Subsídios do Estado e outros entes públicos	3.154.195,23	3.139.329,69
Subsídios de outras entidades	36.787,14	64.748,76
Doações e heranças	24.916,66	48.053,28

Legados	0,00	0,00
Total	3.215.899,03	3.252.131,73

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 12.

17.14 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, foi a seguinte:

Descrição	2019	2018
Subcontratos	196.827,86	194.767,70
Serviços especializados	186.279,99	217.886,42
Materiais	37.813,43	34.448,71
Energia e fluidos	124.521,60	121.641,78
Deslocações, estadas e transportes	3.457,83	2.615,72
Serviços diversos	77.817,51	81.452,81
Total	626.718,22	652.813,14

17.15 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Rendimentos Suplementares	1.837,28	1.732,83
Descontos de pronto pagamento obtidos	29,25	68,50
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	358,35	0,00
Rendimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Rendimentos nos restantes ativos financeiros	46,59	176,43
Rendimentos em investimentos não financeiros	6.000,00	254.310,63
Outros rendimentos	71.470,64	72.139,19
Total	79.742,11	328.427,58

17.16 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2019	2018
Impostos	699,46	1.436,91
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	118,71	0,00
Gastos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos	0,00	0,00
Gastos nos restantes investimentos financeiros	0,00	7,42
Gastos em investimentos não financeiros	468,93	120,02
Outros Gastos	80.256,61	151.804,09
Total	81.543,71	153.368,44

17.17 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2019 e 2018 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2019	2018
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	20.926,68	24.390,62
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
Total	20.926,68	24.390,62
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	32,00	0,00
Total	32,00	0,00
Resultados Financeiros	-20.894,68	-24.390,62

17.18 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2019.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foram aprovadas pela Direção do CASLAS, em 15-07-2020.

LAGOS, 15 de Julho de 2020

O Contabilista Certificado

A Direcção

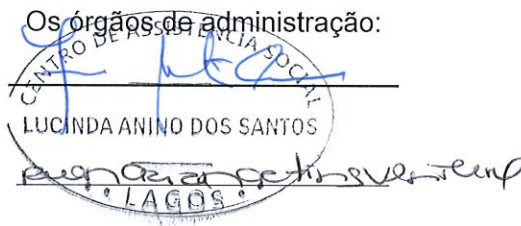
Declaração de responsabilidade

No âmbito do processo de Prestação de Contas da Gerência do período de 01 de janeiro de 2019 a 31 de dezembro de 2019, declaramos, sob compromisso de honra, enquanto titulares responsáveis pela elaboração, aprovação e remessa das contas do Centro de Assistência Social Lucinda Anino dos Santos ao órgão competente para a verificação da sua legalidade que:

1. De acordo com o estabelecido pelo n.º 2, do Artigo 14º-A, do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro, as contas relativas ao exercício de 2019 foram publicitadas no sítio institucional eletrónico desta Instituição, www.caslas.pt em 11-08-2020.
2. De acordo com o estabelecido pelo Artigo 23º do Decreto-Lei n.º 172-A/2014, 14 novembro sempre que sejam realizadas obras de montante superior a 25.000,00€ a entidade está obrigada adotar o Código dos Contratos Públicos, pelo que no exercício de 2019 a entidade (selecionar apenas uma das seguintes opções):

- Realizou obras superiores a 25.000 € e aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Realizou obras superiores a 25.000 €, mas não aplicou o Código dos Contratos Públicos.
- Não realizou obras superiores a 25.000 €, pelo que não se aplica o Art.º 23º
- A entidade não recebeu apoios financeiros públicos, pelo que não se aplica o Art.º 23º *

Os órgãos de administração:



*Consideram-se apoios financeiros públicos todas as subvenções públicas contabilizadas na conta 751 - Subsídios das Entidades Públicas, de acordo com a portaria que define o Código de Contas das Entidades do Setor Não Lucrativo (Portaria n.º 218/2015 de 23 de julho)